

Estados driblam BC e mantêm a gastança

FÁBIO PAHIM JR.

A última tentativa de enquadrar estados e municípios numa política de rígida austeridade foi feita pelo Banco Central (BC) em fevereiro, mas já era politicamente tarde. Um memorando de entendimento assinado pelo então presidente do BC, Ibrahim Eris, previu a substituição de títulos estaduais que giravam no mercado aberto por títulos federais, facilitando a vida dos estados, em troca das seguintes regras: 1) os novos governadores não poderiam usar seus bancos por 12 meses; 2) não poderiam emitir novos títulos salvo para rolar as dívidas já existentes, até o limite de 88%; 3) fechariam as distribuidoras de valores estaduais; 4) regularizariam as antecipações de receita; 5) comporiam as dívidas das estatais. A rigor, a porta já estava arrombada: o governo federal, derrotado nas eleições para governadores de 1990, já não tinha força para impor a austeridade, e algumas "trapalhadas" do BC — nas palavras de economistas especializados em dívida pública — dificultaram ainda mais a busca de apoio para enquadrar os estados.

No último trimestre de 1990, em seguida à intervenção do BC nos bancos do Piauí, Rio Grande do Norte e da Paraíba, todo o mercado financeiro começou a desconfiar dos títulos emitidos pelos estados. Estes passaram a sofrer sérias restrições de crédito: o custo de carregar a dívida estadual e financiá-la diariamente no mercado ficou mais alto, e até mesmo os recursos para girar os papéis estaduais escassearam. O quadro tornou-se crítico com os gastos eleitorais do segundo semestre, nota o economista Carlos Longo, professor da USP. "Em novembro e dezembro os bancos estaduais sacaram sobre o BC e provoca-

ram um estouro nas metas monetárias", lembra Longo. O BC só poderia agir a esses saques se fosse de fato independente do governo. Como não é, foi obrigado a cobrir os buracos, e o resultado é o desequilíbrio das contas públicas.

Acordo esquecido

O memorando idealizado por Ibrahim Eris foi cumprido apenas em parte: os estados ainda não regularizaram as antecipações de receita (que equivalem a empréstimos feitos nos seus bancos estaduais), e o endividamento das estatais estaduais também não foi acertado. Praticamente, só foi cumprida a regra de que não haveria novas emissões de títulos — mas, segundo um ex-diretor do BC, "isso já vinha ocorrendo desde 1988". De fevereiro até agora os estados já deveriam ter cortado, em bases reais, 16% da sua divi-

da. De fato, o corte não teria superado os 10%. "O cumprimento rigoroso do acordo teria obrigado os estados a grandes mudanças, inclusive patrimoniais e funcionais, mas não foi o que ocorreu", desabafa um economista do governo paulista.

O acordo de rolagem das dívidas estaduais, selado nesta semana no Congresso, não chegou a preocupar muito os interessados num controle rígido sobre. "O acordo não assegura que os estados vão recomençar seu endividamento, tornando inevitável nova crise: isso depende muito de quem é o governador", observou um ex-presidente do BC. Mas o ex-ministro Mailson da Nóbrega, em entrevista concedida ao JT na noite de quarta-feira, afirmou que o acordo mantém o quadro anterior: o governo federal continua dependendo dos estados e os bancos estaduais continuarão pressionando o BC.



O ministro Passarinho (centro) explica a rolagem: o último acordo só foi cumprido parcialmente.

Para Requião, é "negociata". Minas se beneficia.

O governador do Paraná, Roberto Requião (sem partido), considerou ontem uma "negociata" a aprovação da reforma tributária e da plagem da dívida dos estados pela Câmara. Embora alegasse não ter conhecimento dos detalhes do projeto aprovado, Requião disse que ele é uma "punição" aos estados sérios, como Paraná, Santa Catarina e Ceará, que pagaram suas dívidas em dia. Mas a rolagem foi comemorada pelo secretário da Fazenda de Minas Gerais, Roberto Brant. Minas foi especialmente beneficiado. O Estado vai dispor, a partir de janeiro de 1992, de cerca de Cr\$ 120 bilhões, exatamente o que pagou de serviço de sua dívida em 1991. "Agora poderemos administrar as finanças de Minas e até governar o Estado com total economia."

Ciro Gomes critica acordo e diz que todo o País pagará por ele

O governador do Ceará, Giro Gomes, afirmou que a reforma tributária de emergência e a rolagem das dívidas dos Estados por 20 anos vai pesar gravemente sobre a Nação. Segundo ele, esse enorme passivo terá duas consequências imediatas: a pressão inflacionária e o aumento de impostos, demonstrando, mais uma vez, um Estado ineficiente e perdulário. O governador lembrou que o Ceará está financeiramente saneado. E afirmou: "A renegociação da dívida dos Estados deveria ser impositivamente precedida de critérios que obrigassem a uma contrapartida de ajuste fiscal, de saneamento financeiro, com instrumentos que inibissem o processo inconsequente de endividamento e de gastos públicos sem a necessária retaguarda de receita".

Já o governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares (PDT), declarou-se "mais tranquilo" após a aprovação da rolagem da dívida dos Estados. Disse, porém, que o projeto aprovado não é exatamente o que vinha defendendo, que teria um sistema de

amortização crescente. De qualquer forma, observou que "não haverá mais necessidade de, ao final de cada dia, correr ao Banco do Brasil e ao Banco Central para buscar recursos, para o carregamento da dívida".

O vice-governador, João Gilberto Lucas Coelho (PSDB), também entende que a decisão do Congresso desafia a rolagem diária de títulos. Ele afirmou que "o Rio Grande do Sul já precisou despendar, num único dia, Cr\$ 700 milhões, com a rolagem diária da dívida".

Já o prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra (PT), reiterou a posição contrária sustentada por seu partido e disse que "as decisões servem a interesses localizados e oportunistas, voltados para as eleições de 92".

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Luís Carlos Mandelli, disse que agora os Estados precisam administrar folga financeira com eficiência. Para ele, a votação no Congresso baseada na negociação, é característica do jogo democrático.